

SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA A SOCIEDADE AÇORIANA E A POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020

Ponta Delgada, 22 de novembro de 2017

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Permitam-me que comece por vos saudar a todos, de forma especial aos nossos convidados nacionais e internacionais, e que formule votos para que este espaço magnífico do Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado que acolhe esta conferência, em vésperas do início do Ano Europeu do Património Cultural, nos possa inspirar e guiar nas discussões e no debate que se seguirão.

Saúdo também os partidos políticos, os parceiros sociais e todos os Açorianos que estão connosco hoje e que, através do seu contributo, nesta conferência e nos momentos que a precederam, deram e dão um contributo que reputamos de valioso para a construção de uma visão estratégica comum, enriquecida e legitimada pela sociedade açoriana.

Neste processo de potenciação do papel e do contributo da sociedade civil que iniciámos em julho convidamos os partidos políticos, os parceiros sociais – Câmaras de Comércio, Federação Agrícola, Federação das Pescas, Sindicatos, Universidade dos Açores -, o tecido associativo e os Açorianos, em geral, a partilharem a sua visão, as suas opiniões sobre que prioridades devem convocar a nossa ação conjunta no quadro da definição da principal política comunitária de investimento, agora no período pós 2020.

Foi com este objetivo que duas conferências foram já organizadas, tendo como foco, por um lado, a situação regional e, por outro, o posicionamento de Portugal como Estado-Membro da União, bem como três Oficinas de Prospetiva com vista a melhor apreender os fatores que importam para a definição de uma posição regional face à Política de Coesão depois de 2020.

Este exercício não se esgota aqui e terá desenvolvimentos ao longo deste e do próximo ano, com o objetivo último de, atempadamente, estarmos preparados para as conversações com o Estado-Membro, com a Comissão Europeia e com as restantes instituições europeias.

A União confronta-se hoje com a construção do seu futuro num contexto onde perduram dúvidas e incertezas.

Se é verdade que a negociação de todos os Quadros Financeiros Multianuais se tem feito num contexto de fortes pressões e visões, no mínimo, não coincidentes sobre as diferentes prioridades em que se deve centrar a União, o facto é que, no quadro atual, a esse contexto acrescem fatores exógenos e endógenos de grande relevância, como sejam o 'Brexit', as migrações, a crise de refugiados ou uma tendência crescente para se privilegiarem mecanismos financeiros em detrimento das políticas de investimento.

Com este enquadramento, não é despropositado lembrar, reiterar e reforçar que os momentos de maior progresso na construção da União Europeia têm sido aqueles que têm tido por base uma ação política comunitária ancorada na coesão económica, social e territorial.

A Política de Coesão representa, nesse sentido, a filha diletta do projeto europeu.

Este é, pois, o momento de pugnarmos todos por uma Política de Coesão forte, ousada e inclusiva, que alie a solidariedade e o desenvolvimento económico e que seja estruturante da ação da Comissão Europeia, dos Estados e das Regiões.

E, se coloco aqui a dimensão regional na construção europeia, é também porque as regiões podem trazer à Europa ainda mais daquilo que nela tem falhado: a proximidade com os seus cidadãos e a resolução dos seus desafios mais prementes.

E permitam-me apenas que utilize três áreas, de entre outras tantas, onde aqui, nos Açores, Região Ultraperiférica do Atlântico Norte, se realiza a União que somos.

No mar, onde a localização geográfica dos Açores traz projeção atlântica a Portugal, bem como ambição de conhecimento científico e desenvolvimento económico e social para a Região, para o país e para a Europa, na materialização concreta da Estratégia da UE para a Área do Atlântico – tão mais importante agora, face à saída a prazo do Reino Unido.

Nas energias renováveis, a Região não apenas concretiza, por estratégia própria, a ambição europeia nesse domínio, como já ultrapassou com, pelo menos, três anos de antecedência as metas europeias da utilização de energias renováveis.

Na sustentabilidade, que se comprova, não apenas na gestão do território e nas nossas paisagens, mas, sobretudo, na forma como as principais atividades económicas – com destaque para a Agricultura e para as Pescas – se fazem em perfeito respeito pela natureza, pelos recursos e pela sua preservação, razão pela qual, também aqueles dois setores, devem merecer um tratamento diferenciado pela própria União.

Como resulta claro destes exemplos, aqui nos Açores, mais do que simples destinatários das políticas europeias, somos sujeitos da sua concretização e da sua potenciação.

As fragilidades do nosso território devido ao distanciamento, à dispersão geográfica, à pequena dimensão dos nossos mercados, ou seja, a nossa condição ultraperiférica, não podem, nem devem, ser um fator de minimização daquilo que trazemos à União Europeia.

Mais do que uma Região pequena e ultraperiférica que apela a uma Política de Coesão forte, os Açores são um ativo para a Europa.

Ignorar isso, ou pior, tendo disso consciência não o integrar nas políticas comunitárias, é perder uma dimensão central da realidade e das potencialidades que esta realidade encerra.

A Comissão Europeia adotou, recentemente, uma nova estratégia para as Regiões Ultraperiféricas denominada “Uma Parceria Estratégica Reforçada e Renovada com as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia”.

Esta Comunicação é particularmente importante, não apenas porque desenha as propostas que a Comissão Europeia preconiza adotar para estas regiões no futuro imediato, para potenciar o seu desenvolvimento no conjunto da UE, mas, especialmente, porque antecede momentos-chave da vida da própria União, como sejam a definição sobre o futuro da Política de Coesão pós 2020, ou da própria União, enquanto projeto político.

Nesse contexto, e tendo até em conta o Acórdão recente do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da UE, a expectativa era que a Comissão Europeia reafirmasse, de forma clara, alguns princípios nucleares da política comunitária para com estas regiões, nomeadamente o papel central que a Política de Coesão assume para superar as dificuldades específicas e estruturais com que estão confrontadas.

Estranhámos, assim, a ausência de referências claras à Política de Coesão para as RUP e às taxas de cofinanciamento diferenciadoras para estas regiões, bem como aos fundos estruturais, FEDER e FSE.

Recordo que a anterior Comunicação, datada de 2012, sobre esta matéria, afirmava, taxativamente: “A Comissão propõe que as RUP continuem a beneficiar de um tratamento específico para as ajudar a usar da melhor maneira os fundos de investimento disponíveis. A taxa de cofinanciamento proposta é 85%, independentemente do PIB da RUP. Uma dotação específica é igualmente proposta para compensar os custos adicionais das desvantagens das RUP e para diversificar e modernizar as suas economias.”

Esta omissão, que pode ter sido inconsciente, mas que se torna particularmente preocupante se tiver sido consciente e propositada, não pode, nem deve, passar em branco e, em nossa opinião, deve merecer correção nas restantes etapas legislativas que agora se iniciam.

Apelamos, por isso, à Comissão para que se comprometa, de forma clara e expressa, quer com o nível de financiamento da Política de Coesão para as RUP, quer com as taxas de cofinanciamento.

Por outro lado, esta nova Comunicação avança com a proposta de um novo modelo de governança que, sendo positivo no que sugere de maior implicação dos Estados-Membros e da própria Comissão, importa que não se sobreponha às competências das entidades regionais das ultraperiferias, e cuja implementação não pode beliscar de modo algum.

Do mesmo modo, no domínio da Agricultura, às referências muito positivas obtidas recentemente pelo POSEI no relatório de avaliação da Comissão, deveriam corresponder, nesta Comunicação, um compromisso claro, inequívoco e firme com o reforço financeiro deste mecanismo de apoio à agricultura e ao mundo rural nas RUP, tanto mais que estas foram afetadas recentemente por decisões emanadas das instituições comunitárias, - refiro-me, em concreto, ao setor leiteiro -, como é o caso da abolição do regime de quotas ou, indiretamente, da aplicação de sanções a países externos à União, que, em resposta, decretaram um embargo ao leite e laticínios europeus.

Não esgotando estes os aspetos em que acreditamos que existe espaço para melhoria desta Comunicação, há, todavia, um conjunto de outras propostas que o Governo dos Açores considera positivas e que são de realçar.

Desde logo, o reconhecimento de que as especificidades das RUP, e as diferenças que existem entre as próprias, devem merecer um maior esforço de adaptação e ajustamento das medidas propostas por parte da UE e o desejo da própria Comissão Europeia de reforçar a parceria entre as RUP, os Estados-Membros e as instituições comunitárias.

Também merece uma apreciação positiva da nossa parte a defesa da necessidade de financiamento da atividade da Pesca e do Mar, incluindo um sistema de compensações para a pesca sustentável, a manutenção de utilização exclusiva das 100 milhas e as condições de operacionalização de uma economia do mar.

Realço ainda o reconhecimento pela Comissão Europeia da importância para as RUP dos transportes, em especial dos marítimos, constatando a necessidade de as 'Autoestradas do Mar' contemplarem as RUP, tal, aliás, como defendido pelo Governo dos Açores, bem como a possibilidade de, em casos devidamente justificados, haver lugar a investimentos nos portos e aeroportos das RUP, através de instrumentos relevantes da UE pós-2020.

O Governo dos Açores segue ainda com muita atenção a estratégia para a inovação, RIS3, que a Comunicação aponta como importante, colocando um forte espírito de parceria, bem como a chamada de atenção para a indústria espacial e os microssatélites, onde temos uma posição privilegiada e onde estamos a trabalhar, afincadamente, para atrair mais investimento.

Esta Comunicação traz ainda perspetivas positivas no domínio do financiamento, pois reconhece a importância do acesso das Regiões Ultraperiféricas ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEII), bem como ao Fundo Europeu de Solidariedade (FES), advogando mesmo a criação de um veículo próprio para estas regiões, apesar de se desconhecem ainda os condicionalismos práticos da sua utilização e, sobretudo, o esforço próprio regional para o acesso a estes fundos.

Mas importa tornar claro outro aspeto: as estratégias de financiamento, no que tem a ver com as RUP, através do Banco Europeu de Investimento para que se potencie o chamado Plano Juncker, devem servir como estratégias adicionais para o nosso desenvolvimento, mas nunca em substituição da Política de Coesão.

É este o enquadramento que também enforma o trabalho que estamos a desenvolver de preparação do nosso posicionamento numa União Europeia pós-2020.

Termino, reiterando os agradecimentos pela vossa presença e fazendo votos de um trabalho proveitoso e fértil a bem dos Açores, de Portugal e desta Europa que integramos.

Muito obrigado pela vossa atenção!